



AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

Aos

Administradores e Acionistas da

CONPEL – Companhia Nordestina de Papel S.A. – Em Recuperação Judicial Conde - Paraíba

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia)**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2024, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia)** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Base para Opinião com Ressalva

Incertezas Relacionadas com a Continuidade Operacional

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução nº 2016/NBCTA 570 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de R\$ 86.823 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 95.767 mil em 31 de dezembro de 2023). Na mesma data, a Companhia apresenta passivo circulante no montante de R\$ 17.311 mil, R\$ 2.556 mil superior ao seu ativo circulante.

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441) que migrou, para a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba na data de 06 de abril de 2020 conforme processo 0001217-89.2020.8.16.0185 tendo sido homologada em 24 de março de 2022 conforme item 32 da decisão.



AUDITORES INDEPENDENTES

Em 09 de maio de 2024, por decisão do Juízo da Recuperação Judicial foi realizado Leilão Judicial dos bens móveis e imóveis da Companhia, tendo sido arrematado pelo valor de R\$ 52.185 mil. O valor integral obtido é destinado especificamente ao pagamento da transação tributária federal. Assim os imobilizados da Companhia já não se apresentam no balanço de encerramento de 31 de dezembro de 2024 o que pressupõe comprometimento da capacidade operacional da Companhia.

Conforme nota explicativa nº 30, em 06 de março de 2025 a Companhia publicou o Protocolo de Justificação de Incorporação de suas ações pela E.K.N. Embalagens Kraft do Nordeste S.A. (E.K.N.) não havendo reflexos nas demonstrações contábeis da Companhia. Em decorrência da incorporação de ações, a Companhia se tornará subsidiária integral da E.K.N, e suas ações incorporadas. A Administração não menciona a intenção quanto a continuidade de suas operações. Essa situação indica a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As notas explicativas não divulgam adequadamente esse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria de demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base Para Opinião Com Ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo, são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade:

O principal risco envolvendo a Companhia está relacionado a sua continuidade operacional e condição de saldar seus passivos tributários e sociais. O Patrimônio Líquido encontra-se a descoberto há vários exercícios, requerendo esforços para aumento da lucratividade operacional normal e a recuperação de sua situação financeira mediante a negociação das dívidas tributárias e sociais.



AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia está em recuperação judicial e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi definido o leilão de ativos que culminou com a baixa de seus imobilizados.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão das projeções de obtenção de caixa e dos resultados esperados nas negociações em andamento, a serem concretizados em futuro próximo. Parte desses objetivos encontra-se relatado no Relatório da Administração. Buscamos, também, avaliar o possível sucesso na reintegração da Companhia em processo especial de parcelamento de suas dívidas tributárias e sociais, com significativa redução de seu montante. Essa questão é extremamente relevante para alcançar os objetivos estabelecidos. Consequentemente, as dúvidas de êxito desses planos são relevantes e não nos permitem concluir favoravelmente sobre a continuidade e liquidação de seus passivos em um prazo razoável. No que consistiram ao leilão de ativos realizado em meados do exercício de 2024, procedemos a revisão da prática contábil sobre as rubricas de imobilizados e seus respectivos impostos diferidos, sendo analisada os reflexos das baixas e os respectivos lançamentos nos ativos, passivos e resultado da Companhia. No decorrer do exercício, bem como depois de apresentadas as demonstrações contábeis para nossos exames mantivemos contato com os responsáveis da Administração. O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções e concretização dos objetivos estabelecidos mostrou que os mesmos, dependem de fatores que não são totalmente controlados pela Administração.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09.

Essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentadas comparativamente, foram por nós examinadas, sendo emitido relatório datado de 28 de março de 2024 contendo modificação de opinião em relação a incertezas relacionadas com a continuidade operacional.



AUDITORES INDEPENDENTES

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa demonstração financeira. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

ALPHA

AUDITORES INDEPENDENTES

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais

ALPHA

AUDITORES INDEPENDENTES

significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 27 de março de 2025.

ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES CRC-PR n.º 004687/O-6-S/PB

VERA LUCIA

MACHADO:35520523991

Assinado de forma digital por

VERA LUCIA

MACHADO:35520523991

Dados: 2025.03.27 13:45:20 -03'00'

**Vera Lucia Machado
Contador CRC-PR nº 025266/O-9-S/PB**